

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Mourão S.A.

31 de dezembro de 2017

Com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações regulatórias | 1 |
| Demonstrações contábeis regulatórias | |
| Balancos patrimoniais regulatórios..... | 5 |
| Demonstração do resultado regulatório..... | 6 |
| Demonstração do resultado abrangente regulatório..... | 7 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório | 8 |
| Demonstração do fluxo de caixa regulatório..... | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias | 10 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Mourão S.A.
Niterói – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Enel Green Power Mourão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 5 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Green Power Mourão S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Enel Green Power Mourão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com opinião sem modificação, com data de 23 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias-- Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

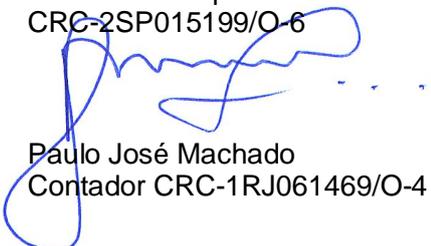
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ061469/O-4

Enel Green Power Mourão S.A.

Balancos patrimoniais regulatórios

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2017 | 2016 |
|---|-------|--------|---------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 3.287 | 292 |
| Contas a receber de clientes | 8 | 698 | 939 |
| Créditos com partes relacionadas | 11 | 64 | - |
| Impostos a recuperar | | 20 | - |
| Outros créditos | | 88 | 53 |
| Total do ativo circulante | | 4.157 | 1.284 |
| Não circulante | | | |
| Imobilizado | 9 | 1.069 | 452 |
| Intangível | 10 | 26.695 | 27.605 |
| Total do ativo não circulante | | 27.764 | 28.057 |
| Total do ativo | | 31.921 | 29.341 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | | 105 | 313 |
| Salários, provisões e encargos sociais | | 79 | 52 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | | 142 | 135 |
| Taxas regulamentares | | 140 | 89 |
| Débitos com partes relacionadas | 11 | 1.481 | 990 |
| Dividendos a pagar | 13 | 804 | 1.196 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | - | 21.828 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | - | 4.254 |
| Outras obrigações | | 348 | - |
| Total do passivo circulante | | 3.099 | 28.857 |
| Não circulante | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. | | 90 | - |
| Total do passivo não circulante | | 90 | - |
| Patrimônio líquido | 13 | | |
| Capital social | | 25.600 | 1 |
| Dividendos adicionais propostos | | 3.004 | 1.888 |
| Reserva legal | | 128 | - |
| Outros resultados abrangentes | | - | (4.254) |
| Total do patrimônio líquido | | 28.732 | (2.365) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 2.849 |
| Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 2.849 |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | | 31.921 | 29.341 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração do resultado regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>Notas</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|--------------|----------------|-------------|
| Receita operacional bruta | 14 | | |
| Suprimento de energia elétrica | | 9.320 | 10.273 |
| | | 9.320 | 10.273 |
| Deduções da receita bruta | 14 | | |
| COFINS | | (354) | (308) |
| PIS | | (77) | (67) |
| P&D | | (37) | (39) |
| FNDCT | | (32) | (46) |
| Ministério de Minas e Energia – MME | | (48) | (51) |
| | | (548) | (511) |
| Receita operacional líquida | | 8.772 | 9.762 |
| Custos e despesas | 15 | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (467) | (442) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (949) | - |
| Pessoal e administradores | | (459) | (341) |
| Material | | (121) | (98) |
| Serviços de terceiros | | (1.179) | (774) |
| Depreciação e amortização | | (968) | (946) |
| Impostos, taxas e contribuições | | (275) | (5) |
| Outras | | (97) | (112) |
| | | (4.515) | (2.718) |
| Resultado da atividade | | 4.257 | 7.044 |
| Resultado financeiro | 16 | | |
| Despesas financeiras | | (2.084) | (3.799) |
| Receitas financeiras | | 29 | 200 |
| | | (2.055) | (3.599) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | 2.202 | 3.445 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 17 | (350) | (360) |
| Lucro do exercício | | 1.852 | 3.085 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração do resultado abrangente regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|---------------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.852 | 3.085 |
| Outros resultados abrangentes | - | (4.254) |
| Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos | <u>1.852</u> | <u>(1.169)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | | | | | Total | |
|---|------|----------------|----------------|---------------|---------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------------------|
| | | Subscrito | A integralizar | Reserva legal | Dividendos adicionais propostos | Lucros/ (Prejuízo) acumulados | | Outros resultados abrangentes |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | 1 | (1) | | | (1) | - | (1) |
| Integralização de capital | | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Lucro líquido do exercício | 13 | - | - | - | - | 3.085 | - | 3.085 |
| Absorção do prejuízo | | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Destinação do lucro líquido | 13 | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | (1.197) | - | (1.197) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | 1.888 | (1.888) | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | (4.254) | (4.254) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 1 | - | - | 1.888 | - | (4.254) | (2.365) |
| Subscrição de capital | 13 | 22.750 | - | - | - | - | - | 22.750 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 13 | 2.849 | - | - | - | - | - | 2.849 |
| Lucro líquido do exercício | 13 | - | - | - | - | 1.852 | - | 1.852 |
| Destinação do lucro líquido | 13 | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | - | 128 | - | (128) | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | (608) | - | (608) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | 1.116 | (1.116) | - | - |
| Ganho (perda) Instrumentos derivativos | | - | - | - | - | - | 4.254 | 4.254 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 25.600 | - | 128 | 3.004 | - | - | 28.732 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|--------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.852 | 3.085 |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação e Amortização | 968 | 946 |
| Encargos financeiros | - | 215 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 90 | - |
| Redução de ativos operacionais | | |
| Contas a receber de clientes | 241 | (939) |
| Impostos a recuperar | (20) | - |
| Créditos com partes relacionadas | (64) | - |
| Outros créditos | (35) | (53) |
| Aumento de passivos | | |
| Fornecedores | (208) | 313 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 27 | 52 |
| Transações com partes relacionadas | 491 | 606 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | 7 | 135 |
| Taxas regulamentares | 51 | 89 |
| Outras contas a pagar | 348 | - |
| Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | <u>3.748</u> | <u>4.449</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aplicações no ativo imobilizado/intangível | (675) | (28.618) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | <u>(675)</u> | <u>(28.618)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital social | 25.599 | - |
| Dividendos pagos | (1.000) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (2.849) | 2.849 |
| Empréstimos e financiamentos | (21.828) | (21) |
| Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de financiamento | <u>(78)</u> | <u>2.828</u> |
| Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa | <u>2.995</u> | <u>(21.341)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 292 | 21.633 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | <u>3.287</u> | <u>292</u> |
| Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa | <u>2.995</u> | <u>(21.341)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda., desde 03 de dezembro de 2015, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, cuja atividade operacional concentra-se na geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de Garantia Física de energia e potência, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, sendo tal atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Mourão explora o potencial hidráulico da UHE Mourão I, através do Contrato de Concessão nº 04/2016-MME-UHE MOURÃO I celebrado entre a União e a Enel Green Power Mourão S.A. no dia 5 de janeiro de 2016.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 23 de março de 2018.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Comparabilidade das informações contábeis

O novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, dentre outras alterações apresentou o conjunto completo das Demonstrações Contábeis Regulatórias, as quais contemplam: (a) balanço patrimonial ao final do período; (b) demonstração do resultado do período; (c) demonstração do resultado abrangente do período; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período; (e) demonstração dos fluxos de caixa do período; (f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias, bem como, conciliações entre informações societárias e regulatórias; e (g) balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à reapresentação de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Este novo manual também introduziu a obrigatoriedade as outorgadas de serviço público de geração, exceto as de produção independente, transmissão e de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de preparar as demonstrações contábeis regulatórias (“DCR”), conforme modelo estabelecido pelo Órgão Regulador.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1 Reclassificação de valores correspondentes a 31 de dezembro de 2016

Durante o exercício de 2017, a Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente publicadas em 31 de dezembro de 2016.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

| | 2016 (Apresentado) | Reclassificações | 2016 (Reclassificado) |
|--|-----------------------|------------------|--------------------------|
| Receita operacional líquida | 10.557 | (28) | 10.529 |
| Custo de operação | (1.263) | (64) | (1.327) |
| Despesas gerais e administrativas | (551) | 92 | (459) |
| Receitas financeiras | 200 | - | 200 |
| Despesas financeiras | (3.799) | - | (3.799) |
| Imposto de renda e contribuição social | (360) | - | (360) |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 4.784 | - | 4.784 |

4.2 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos são gerados para a Companhia e composta pela parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), que inclui os investimentos em melhorias durante o prazo da concessão, pela parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO) e outros encargos setoriais vigentes.

Receita e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.3 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber vinculadas à concessão e créditos com partes relacionadas.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 18 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.5 Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nenhuma provisão para risco de crédito foi contabilizada, uma vez que a Administração não espera nenhuma perda relevante na realização dos créditos.

4.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.7 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

4.8 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído do exercício no passivo circulante, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

4.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03").

4.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2017. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Principais pontos introduzidos pela norma

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Impactos da adoção

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

- Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.
- As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de administração de risco do Grupo.
- No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não espera um impacto significativo sobre os ativos financeiros da Companhia.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Impactos da adoção

A administração realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.

IFRS 16 Leases – Arrendamentos

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção

A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

5. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de z do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 11 a 18 das referidas demonstrações, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

5.1 Imobilizado

5.1.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL no 676, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.1.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão de tarifas e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

5.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Na referida rubrica também se encontra registrado o valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixado pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e Edital do Leilão Aneel nº 12/2015, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013 que vem sendo amortizado de forma linear até o término do prazo da bonificação.

6. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos; (iii) valor justo de instrumentos financeiros; e (iv) provisões.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos três anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

7. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|--|---------------------|-------------------|
| Caixa e saldos bancários | <u>3.287</u> | <u>292</u> |
| Total do caixa e equivalentes de caixa | <u><u>3.287</u></u> | <u><u>292</u></u> |

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxas que variam entre 75% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$698 (R\$939 em 31 de dezembro de 2016) refere-se às contas a receber decorrentes dos contratos de venda de energia elétrica comercializada em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

| Ativo Imobilizado em Serviço | Valor bruto em 31/12/2016 | | | Valor bruto em 31/12/2017 | | | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2017 |
|--|---------------------------|--------------------|------------|---------------------------|------------|-------------|-----------------------|-----------------------------|
| | Adições (A) | Transferências (B) | | Adições líquidas = (A) | | | | |
| Geração | 423 | - | 6 | 429 | - | (29) | 400 | |
| Edificações, Obras Civas e Benefeitorias | 55 | - | - | 55 | - | (3) | 52 | |
| Máquinas e Equipamentos | 5 | - | - | 5 | - | - | 5 | |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 286 | - | 6 | 292 | - | (15) | 277 | |
| Móveis e Utensílios | 13 | - | - | 13 | - | (1) | 12 | |
| Veículos | 64 | - | - | 64 | - | (10) | 54 | |
| Total do ativo imobilizado em serviço | 423 | - | 6 | 429 | - | (29) | 400 | |
| Ativo Imobilizado em Curso | Valor bruto em 31/12/2016 | | | Valor bruto em 31/12/2017 | | | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2017 |
| | Adições (A) | Transferências (B) | | Adições líquidas = (A) | | | | |
| Geração | 29 | 646 | (6) | 669 | 646 | - | 669 | |
| Outros | 29 | 646 | (6) | 669 | 646 | - | 669 | |
| Total do ativo imobilizado em curso | 29 | 646 | (6) | 669 | 646 | - | 669 | |
| Total do Ativo Imobilizado | 452 | 646 | - | 1.098 | 646 | (29) | 1.069 | |

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

| Ativo imobilizado | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2017 | | | 2016 | | |
|--|--|--------------|-------------------------------------|---------------|-------------|-------------------------------------|---------------|
| | | Valor bruto | Depreciação e amortização acumulada | Valor líquido | Valor bruto | Depreciação e amortização acumulada | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | | | |
| Geração | | 429 | (29) | 400 | 430 | (7) | 423 |
| Custo Histórico | 9,00% | 429 | (29) | 400 | 430 | (7) | 423 |
| Total do ativo imobilizado em serviço | | 429 | (29) | 400 | 430 | (7) | 423 |
| Em curso | | | | | | | |
| Geração | | 669 | - | 669 | 29 | - | 29 |
| Total do ativo imobilizado em curso | | 669 | - | 669 | 29 | - | 29 |
| Total do ativo imobilizado | | 1.098 | (29) | 1.069 | 459 | (7) | 452 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

| Adições do ativo imobilizado em curso | Material / equipamentos | Serviços de terceiros | Total |
|--|--------------------------------|------------------------------|--------------|
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 220 | - | 220 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias | 120 | - | 120 |
| Máquinas e Equipamentos | 32 | 2 | 34 |
| Veículos | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | 7 | - | 7 |
| Outros | 265 | - | 265 |
| Total das adições | 644 | 2 | 646 |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

| | Taxas anuais de depreciação (%) |
|-------------------------------------|--|
| Geração | |
| Equipamento geral | 6,25% |
| Equipamento de tomada d'água | 3,70% |
| Estrutura da tomada d'água | 2,86% |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,00% |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 6,25% |
| Software | 20,00% |

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

| | Descrição do bem | Valor |
|-----|---|--------------|
| 1. | Segurança da barragem - Reavaliação | 129 |
| 2. | Adaptar mancal e rolamento no gerador e guarda corpo | 119 |
| 3. | Construção do depósito de resíduos e produtos químicos | 91 |
| 4. | Instalação da operação remota do sistema ELIPSE | 75 |
| 5. | Adequação de segurança da planta | 62 |
| 6. | Aquisição de ferramentas manuais e montagem da oficina | 49 |
| 7. | Atendimento e adequação da planta aos critérios de segurança e m | 42 |
| 8. | Atender a legislação quanto aos medidores das barragens e reserve | 34 |
| 9. | Substituição dos computadores industriais | 21 |
| 10. | Substituição do gerador a diesel para comporta de fundo | 16 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

| Intangível | Valor bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Transferências (B) | Valor bruto em 31/12/2017 | Adições líquidas = (A) | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2017 |
|---|------------------------------|-------------|--------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Ativo Intangível em Serviço | | | | | | | |
| Geração | 27.411 | - | 7 | 27.418 | - | (939) | 26.479 |
| Outros | 27.411 | - | 7 | 27.418 | - | (939) | 26.479 |
| Total do ativo intangível em serviço | 27.411 | - | 7 | 27.418 | - | (939) | 26.479 |
| Ativo Intangível em Curso | | | | | | | |
| Geração | 194 | 29 | (7) | 216 | 22 | - | 216 |
| Outros | 194 | 29 | (7) | 216 | 22 | - | 216 |
| Total do ativo intangível em curso | 194 | 29 | (7) | 216 | 22 | - | 216 |
| Total do Ativo Intangível | 27.605 | 29 | - | 27.634 | 22 | (939) | 26.695 |

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

| Ativo intangível | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2017 | | | 2016 | | |
|--|--|---------------|---|---------------|---------------|---|------------------|
| | | Valor bruto | Depreciação e amortização acumulada | Valor líquido | Valor bruto | Depreciação e amortização acumulada | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | | | |
| Geração | | 27.418 | (939) | 26.479 | 28.350 | (939) | 27.411 |
| Custo Histórico | 3,00% | 27.418 | (939) | 26.479 | 28.350 | (939) | 27.411 |
| Total do ativo imobilizado em serviço | | 27.418 | (939) | 26.479 | 28.350 | (939) | 27.411 |
| Em curso | | | | | | | |
| Geração | | 216 | - | 216 | 194 | - | 194 |
| Total do ativo imobilizado em curso | | 216 | - | 216 | 194 | - | 194 |
| Total do ativo imobilizado | | 27.634 | (939) | 26.695 | 28.544 | (939) | 27.605 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações em condições específicas com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

| | 2017 | | 2016 | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Ativo circulante | Passivo circulante | Ativo circulante | Passivo circulante |
| Contrato de fruição de utilidades comuns | | | | |
| Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (I) | - | 1.457 | - | 971 |
| Enel Green Power Paranapanema S.A. (II) | - | 11 | - | 11 |
| Apiacás Energia S.A. (II) | - | 9 | - | 9 |
| Enel Distribuição Ceará (Coelce) (III) | 20 | - | - | - |
| Enel Distribuição Rio (Ampla) (III) | 23 | - | - | - |
| CELG (III) | 21 | - | - | - |
| Enelpower do Brasil Ltda. | - | 4 | - | - |
| Total de partes relacionadas | 64 | 1.481 | - | 990 |

| | Receita | | Despesa | |
|---|------------|--------------|--------------|--|
| | 2017 | 2017 | 2016 | |
| Contrato de fruição de utilidades comuns | | | | |
| Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (I) | - | (390) | (361) | |
| Enel Distribuição Ceará (Coelce) (III) | 258 | - | - | |
| Enel Distribuição Rio (Ampla) (III) | 287 | - | - | |
| CELG (III) | 254 | - | - | |
| | 799 | (390) | (361) | |

- (I) O saldo de contas a pagar é basicamente referente aos custos e as despesas relacionadas às utilidades comuns rateadas e custos com pessoal incorridos nas atividades com base no acordo intra-grupo de rateio de custos de despesas.
- (II) O saldo de contas a pagar é referente aos custos com pessoal incorridos nas atividades e despesas pagas da Enel Green Power Paranapanema S.A.
- (III) Os saldos de contas a receber se refere a venda de energia.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários possuem como garantias todas as suas ações atuais e futuramente detidas pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda, seus ativos imobilizados e recebíveis.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|-----------------------------|-------------|---------------|
| Passivo circulante | | |
| Empréstimos bancários | - | 21.634 |
| Juros | - | 215 |
| Custo de transação | - | (21) |
| Amortização | - | - |
| Total do passivo circulante | <u>-</u> | <u>21.828</u> |

| <u>Instituições</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Principal</u> | <u>Custo de transação</u> | <u>Amortização</u> | <u>Total</u> |
|---------------------|-------------------|------------------|---------------------------|--------------------|--------------|
| Santander | 21/12/2017 | <u>21.634</u> | - | <u>21.634</u> | - |
| | | <u>21.634</u> | - | <u>21.634</u> | - |

Em 28 de dezembro de 2015, a Enel Green Power Mourão S.A. assinou contrato de empréstimo com o Banco Santander S.A no montante de R\$ 21.634, que será amortizado no final do contrato de 2 anos, ou seja, em dezembro de 2017.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$25.600, dividido 25.600 ações ordinárias, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:

| | <u>2016</u> | | <u>2015</u> | |
|---|---------------------------------------|------------|---------------------------------------|------------|
| | <u>Quantidade de ações (unidades)</u> | <u>(%)</u> | <u>Quantidade de ações (unidades)</u> | <u>(%)</u> |
| Enel Green Power Brasil Participações Ltda. | <u>25.600</u> | <u>100</u> | 1.000 | 100 |
| | <u>25.600</u> | <u>100</u> | <u>1.000</u> | <u>100</u> |

13.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A Companhia deixou de constituir saldo da reserva legal em virtude do saldo da reserva exceder 30% do capital social.

13.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 20.

Os dividendos mínimos foram calculados com base nas demonstrações contábeis societárias e sua base de cálculo está assim composta:

| | 2017 | 2016 |
|--|--------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício | 2.560 | 4.784 |
| Absorção do prejuízo | - | (1) |
| Apropriação à reserva legal | (128) | - |
| Lucro líquido ajustado | 2.432 | 4.783 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 608 | 1.196 |
| Dividendos adicionais propostos pela Administração | 1.824 | 3.587 |
| Total de dividendos | 2.432 | 4.783 |

14. Receita operacional líquida

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|--------------|-------------|
| Suprimento de energia elétrica | 9.320 | 10.273 |
| Total da receita | 9.320 | 10.273 |
| Deduções | | |
| COFINS | (354) | (308) |
| PIS | (77) | (67) |
| P&D | (37) | (39) |
| FNDCT | (32) | (46) |
| Ministério de Minas e Energia - MME | (48) | (51) |
| Total das deduções | (548) | (511) |
| Total da receita operacional líquida | 8.772 | 9.762 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Custo de operação e despesas gerais administrativas

| | 2017 | | | 2016 | | |
|----------------------------------|-------------------|-----------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------------------|--------------|
| | Custo da operação | Despesas gerais e administrativas | Total | Custo da operação | Despesas gerais e administrativas | Total |
| Encargos de uso da rede elétrica | 467 | - | 467 | 442 | - | 442 |
| Comercialização de energia | 949 | - | 949 | - | - | - |
| Pessoal e administradores | 459 | - | 459 | 341 | - | 341 |
| Material | 120 | 1 | 121 | 91 | 7 | 98 |
| Serviços de terceiros | 652 | 527 | 1.179 | 404 | 370 | 774 |
| Depreciação e amortização | 968 | - | 968 | 944 | 2 | 946 |
| impostos, taxas e contribuições | 275 | - | 275 | 5 | - | 5 |
| Outras | 76 | 21 | 97 | 32 | 80 | 112 |
| Total do custo de operação | <u>3.966</u> | <u>549</u> | <u>4.515</u> | <u>2.259</u> | <u>459</u> | <u>2.718</u> |

16. Resultado financeiro

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 27 | 197 |
| Outras receitas | <u>2</u> | <u>3</u> |
| Total das receitas financeiras | <u>29</u> | <u>200</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros passivos | (1.397) | (3.795) |
| Despesas com IOF | 1 | (2) |
| Outras despesas | <u>(688)</u> | <u>(2)</u> |
| Total das despesas financeiras | <u>(2.084)</u> | <u>(3.799)</u> |
| Total do resultado financeiro | <u>(2.055)</u> | <u>(3.599)</u> |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita de suprimento de energia elétrica | 11.815 | 10.273 |
| Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%) | 945 | 822 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 27 | 197 |
| Outras receitas | 2 | - |
| Total base de cálculo | <u>974</u> | <u>1.019</u> |
| Alíquota do imposto de renda (15%) | 146 | 153 |
| Alíquota do imposto de renda (10%) | 73 | 78 |
| Total do imposto de renda | <u>219</u> | <u>231</u> |
| Base de cálculo presumida do imposto de renda (12%) | 1.418 | 1.233 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 27 | 197 |
| Outras receitas | 2 | - |
| Total base de cálculo | <u>1.447</u> | <u>1.430</u> |
| Alíquota da contribuição social (9%) | 131 | 129 |
| Total da contribuição social | <u>131</u> | <u>129</u> |
| Total imposto de renda e contribuição social no resultado | <u><u>350</u></u> | <u><u>360</u></u> |

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar, que resultam diretamente de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e créditos com parte relacionada, que também resultam diretamente de suas operações.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são como segue:

| Categoria | Nível | 2017 | | 2016 | | |
|---|-----------------------------------|----------|---------|----------|---------|--------|
| | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio de resultado | 2 | 3.287 | 3.287 | 292 | 292 |
| Contas a receber de clientes | Empréstimos e recebíveis | 2 | 698 | 698 | 939 | 939 |
| Contas a receber vinculadas à concessão | Empréstimos e recebíveis | 2 | 28.458 | 28.458 | 28.717 | 28.717 |
| Outros créditos | Outros ativos financeiros | 2 | 88 | 88 | 53 | 53 |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | 2 | 105 | 105 | 313 | 313 |
| Empréstimos e financiamentos | Outros passivos financeiros | 2 | - | - | 21.828 | 21.828 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Outros passivos financeiros | 2 | - | - | 4.254 | 4.254 |
| Débitos com partes relacionadas | Outros passivos financeiros | 2 | 1.481 | 1.481 | 990 | 990 |

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento dado as suas operações atuais).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, mesmo havendo a concentração das contas a receber em poucos clientes, em função da reputação destas empresas e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

| Modalidade | Vigência | | Valor segurado |
|------------------------------|------------|------------|----------------|
| | De | Até | |
| Risco operacional | 01/11/2016 | 31/10/2018 | 50.775 |
| Responsabilidade civil geral | 01/11/2016 | 31/10/2017 | N/A |
| Resp. civil ambiental | 01/12/2016 | 01/12/2017 | N/A |
| Resp. civil Administradores | 10/11/2016 | 10/11/2017 | N/A |

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

| | 2017 | | | 2016 | | |
|---|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| Ativo | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.287 | - | 3.287 | 292 | - | 292 |
| Contas a receber de clientes | 698 | - | 698 | 939 | - | 939 |
| Contas a receber vinculadas à concessão | 1.016 | (1.016) | - | 990 | (990) | - |
| Créditos com partes relacionadas | 64 | - | 64 | - | - | - |
| Impostos a recuperar | 20 | - | 20 | - | - | - |
| Outros créditos | 88 | - | 88 | 53 | - | 53 |
| Total do ativo circulante | 5.173 | (1.016) | 4.157 | 2.274 | (990) | 1.284 |
| Não circulante | | | | | | |
| Imobilizado | 1.098 | (29) | 1.069 | 452 | - | 452 |
| Intangível | 615 | 26.080 | 26.695 | 587 | 27.018 | 27.605 |
| Contas a receber vinculadas à concessão | 27.442 | (27.442) | - | 27.727 | (27.727) | - |
| Total do ativo não circulante | 29.155 | (1.391) | 27.764 | 28.766 | (709) | 28.057 |
| Total do ativo | 34.328 | (2.407) | 31.921 | 31.040 | (1.699) | 29.341 |
| Passivo | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 105 | - | 105 | 313 | - | 313 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 79 | - | 79 | 52 | - | 52 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | 142 | - | 142 | 135 | - | 135 |
| Taxas regulamentares | 140 | - | 140 | 89 | - | 89 |
| Débitos com partes relacionadas | 1.481 | - | 1.481 | 990 | - | 990 |
| Dividendos a pagar | 804 | - | 804 | 1.196 | - | 1.196 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 21.828 | - | 21.828 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | 4.254 | - | 4.254 |
| Outras obrigações | 348 | - | 348 | - | - | - |
| Total do passivo circulante | 3.099 | - | 3.099 | 28.857 | - | 28.857 |
| Não circulante | | | | | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 90 | - | 90 | - | - | - |
| Total do passivo não circulante | 90 | - | 90 | - | - | - |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 25.600 | - | 25.600 | 1 | - | 1 |
| Dividendos adicionais propostos | 5.411 | (2.407) | 3.004 | 3.587 | (1.699) | 1.888 |
| Reserva de lucro | 128 | - | 128 | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | (4.254) | - | (4.254) |
| Total do patrimônio líquido | 31.139 | (2.407) | 28.732 | (666) | (1.699) | (2.365) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | 2.849 | - | 2.849 |
| Total patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital | 31.139 | - | 28.732 | 2.849 | - | 2.849 |
| Total dos passivos e patrimônio líquido | 34.328 | (2.407) | 31.921 | 31.040 | (1.699) | 29.341 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | 2017 | | | 2016 | | |
|---|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório | Societário | Ajustes CPCs | Regulatório |
| Receita operacional bruta | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 9.320 | - | 9.320 | 10.273 | - | 10.273 |
| Atualização do bônus de concessão | 756 | (756) | - | 1.739 | (1.739) | - |
| | 10.076 | (756) | 9.320 | 12.012 | (1.739) | 10.273 |
| Deduções da receita bruta | | | | | | |
| COFINS | (354) | - | (354) | (308) | - | (308) |
| PIS | (77) | - | (77) | (67) | - | (67) |
| Amortização do bônus de concessão | (1.016) | 1.016 | - | (972) | 972 | - |
| P&D | (37) | - | (37) | (39) | - | (39) |
| FNDCT | (32) | - | (32) | (46) | - | (46) |
| Ministério de Minas e Energia – MME | (48) | - | (48) | (51) | - | (51) |
| | (1.564) | 1.016 | (548) | (1.483) | 972 | (511) |
| Receita operacional líquida | 8.512 | 260 | 8.772 | 10.529 | (767) | 9.762 |
| Custos e despesas | | | | | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | (467) | - | (467) | (442) | - | (442) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (949) | - | (949) | - | - | - |
| Pessoal e administradores | (459) | - | (459) | (341) | - | (341) |
| Material | (121) | - | (121) | (98) | - | (98) |
| Serviços de terceiros | (1.179) | - | (1.179) | (774) | - | (774) |
| Depreciação e amortização | - | (968) | (968) | (14) | (932) | (946) |
| Impostos, taxas e contribuições | (275) | - | (275) | (5) | - | (5) |
| Outras | (97) | - | (97) | (112) | - | (112) |
| | (3.547) | (968) | (4.515) | (1.786) | (932) | (2.718) |
| Resultado da atividade | 4.965 | (708) | 4.257 | 8.743 | (1.699) | 7.044 |
| Resultado financeiro | | | | | | |
| Despesas financeiras | (2.084) | - | (2.084) | (3.799) | - | (3.799) |
| Receitas financeiras | 29 | - | 29 | 200 | - | 200 |
| | (2.055) | - | (2.055) | (3.599) | - | (3.599) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | 2.910 | (708) | 2.202 | 5.144 | (1.699) | 3.445 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (350) | - | (350) | (360) | - | (360) |
| Lucro do exercício | 2.560 | (708) | 1.852 | 4.784 | (1.699) | 3.085 |

Enel Green Power Mourão S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|---------------|----------------|
| Patrimônio líquido societário | 31.139 | (666) |
| Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | | |
| Atualização do bônus de concessão | (2.407) | (1.699) |
| Patrimônio líquido regulatório | <u>28.732</u> | <u>(2.365)</u> |

Conforme comentado no item 5.2, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica “Intangível” no balanço patrimonial.

22. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido conforme contabilidade societária | 2.560 | 4.784 |
| Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | | |
| Atualização do bônus de concessão | (708) | (1.699) |
| Lucro líquido regulatório | <u>1.852</u> | <u>3.085</u> |

Conforme comentado no item 5.2, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica “Intangível” no balanço patrimonial.

Niterói - RJ, 23 de março de 2018.

Michelle Siciliano
Diretor Presidente

Paulo Valle Fróes da Cruz Junior
Diretor

Matteo de Zan
Diretor de Gestão de Energia e Comercialização

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Administrativo e Financeiro - CFO

Nelson Ribas Visconti
Diretor de Assessoria Tributária

Janaína Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Carlos Ewandro NaegeleMoreira
Diretor de Recursos Humanos e Organização

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

José Alves de Mello Franco
Diretora de Regulação

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras